

MARIA FIRMINA DOS REIS E CAROLINA MARIA DE JESUS: DUAS RESISTENTES MARIAS NA LITERATURA AFRO-FEMININA

Dênis Moura de Quadros¹

Resumo: Quando falamos em literatura afro-feminina toda obra publicada é um ato de resistência. No ano de centenário de morte de Maria Firmina dos Reis a Academia reage com mais um longo e profundo silêncio. Pensando o dessilenciamento como ato de resistência, analisamos a importância das escritoras Maria Firmina dos Reis (1825-1917) e Carolina Maria de Jesus (1914-1977). O arcabouço teórico utilizado parte da ginocrítica que, segundo Showalter (1994), considera o local de fala dessas escritoras e sua autorrepresentação que rompe com estereótipos sociais que as menosprezam e deslegitimam seus discursos. Através da análise das obras e biografia das autoras buscamos compreender os porquês que envolvem esse silenciamento e, conseqüentemente, legitimar a escrita dessas autoras pela resistência. Por fim, percebemos que, principalmente, raça e gênero implicam na construção dos cânones..

Palavras-Chave: Literatura afro-feminina, negritude, resistência.

MARIA FIRMINA DOS REIS AND CAROLINA MARIA DE JESUS: TWO RESISTANT MARIAS IN AFRICAN-FEMINIST LITERATURE

Abstract: We consider all published work is an act of resistance, when we talk about african-feminist literature. In the 100th year of the death of Maria Firmina dos Reis, the Academy reacts with one more long and

¹ Mestrando em História da Literatura pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG. Endereço Eletrônico: denis-dp10@hotmail.com

profound silence. Thinking of the desilencing memories as an act of resistance, we analyze the importance of the writers Maria Firmina dos Reis (1825-1917) and Carolina Maria de Jesus (1914-1977). The theoretical framework used deal with the ginocriticism that, according to Showalter (1994), considers the place of speech of these writers and their self representation that breaks with social stereotypes that despise them and delegitimize their speeches. Through the analysis of the works and biography of the authors we aim to understanding the reasons that involve this silencing and, consequently, legitimize the writing of these authors by the resistance. Finally, we realize that, mainly, race and gender imply the construction of the canons.

Keywords: African-feminist literature, blackness, resistance.

As histórias da literatura brasileira esqueceram, e por óbvios e demarcados motivos, várias autoras que tiveram suas obras e seus nomes suprimidos das páginas da historiografia literária por um motivo compartilhado: o gênero. Há algumas aberturas nessa imbricada escolha chamada de cânone, onde alguns nomes são citados como Henriqueta Lisboa e Cecília Meireles, presentes nas histórias da literatura brasileira. Contudo, há duas mulheres de importância ímpar para a literatura brasileira que não são, sequer, citadas ou lembradas em uma fina linha, como Maria Firmina dos Reis (1825-1917) que escreve o primeiro romance em que o negro é representado como personagem e não, apenas, como objeto e Carolina Maria de Jesus (1914-1977) que (d) escreve a dura realidade de uma favelada e que, quando é citada, é como memorialista e não escritora. Ambas foram duplamente silenciadas: o primeiro silenciamento se dá por serem mulheres e o segundo por serem negras.

Pretendemos analisar neste trabalho a importância dessas duas escritoras negras para a literatura brasileira através da ginocrítica², buscando no lugar de fala de cada autora a importância de sua obra e de seus escritos para a sociedade onde essas mulheres negras estavam inseridas. Para tanto, sondar a sociedade brasileira de 1859, ano de publicação do romance *Úrsula*, século XIX e a década de 1960, momento de lançamento e de sucesso de vendas de *Quarto de Despejo* é parte do trabalho que pretendemos apresentar, percebendo de que forma a sociedade brasileira recebeu essas obras, pensando que o Brasil, ainda, são evidentes o racismo e a misoginia mascarados pelo aceite da mestiçagem que embranquece.

Para tanto, incluir esses dois nomes nas histórias da literatura contribuiria para que dois grupos oprimidos e marginalizados tivessem uma abertura e maior destaque desse espaço cristalizado. O primeiro, e não mais importante que o segundo, grupo silenciado e apagado da historiografia literária são as mulheres que, independente de raça, não permeiam as páginas e/ou as listas consagradas da literatura, e especificamente aqui, brasileira. O segundo grupo, também arduamente silenciado, é o grupo representado pela literatura negra (ou afrodescendente), recuperada, em partes, pelo Movimento Negro. Sobretudo, atingindo esses dois grupos silenciados, estaremos abrindo espaço para os estudos de literatura afrofeminina, conceito recente que fica no entre lugar do resgate de mulheres (dos estudos de escrita de autoria feminina) e do resgate de autores negros (resgatados pelos Estudos culturais e pelo Movimento Negro Unificado).

² Conceito que valoriza as peculiaridades de expressão do gênero feminino na literatura pautado por Elaine Showalter (1994).

A importância da Ginocrítica para os estudos da escrita feminina³

Os estudos acerca de escrita feminina estão dispostos, de acordo com Hollanda (1994), em duas grandes correntes teóricas: uma corrente conhecida como francesa, que pauta seus estudos sob a ótica da psicanálise, e uma corrente anglo-saxônica em que pautaremos nossos estudos.

A corrente anglo-saxônica, muito prestigiada na área da teoria literária, vem, há quase vinte anos, procurando denunciar os aspectos arbitrários e mesmo manipuladores das representações da imagem feminina na tradição literária e particularizar a escrita das mulheres como o lugar potencialmente privilegiado para a experiência social feminina. (HOLLANDA, 1994, p.11)

Perceber o espaço dedicado às autoras nas histórias da literatura é uma preocupação dos estudos feministas da corrente anglo-saxônica que tem dois compromissos delineados de estudo: o primeiro é denunciar a insistente ideologia e o modelo patriarcal que delimita os atuais cânones e o segundo é buscar essas vozes femininas silenciadas e/ou excluídas, fazendo um trabalho de resgate dessas autoras. Como é sabido, as correntes feministas privilegiavam, no Brasil, um grupo caracterizado por mulheres brancas e de classe média, em que as negras não estavam presentes nos objetivos desse movimento.

³ Ao falarmos em escrita feminina estamos falando de escrita de autoria feminina e não em distinções entre uma escrita feminina/ escrita masculina.

Seguindo os compromissos da corrente anglo-saxônica, Showalter (1994) apresenta uma interessante forma de pensarmos os estudos acerca da escrita feminina que, por falta de um termo que melhor expressasse essa teoria, chama de ginocrítica (*gynocritics*). Pensando nas duas formas de análise utilizada pela crítica feminista em que a primeira delinea seus estudos nos arquétipos e representações das mulheres nas obras masculinas e outra que busca as mulheres que escrevem, Showalter (1994) propõe que, havendo uma cultura feminina pautada no local delegado às mulheres, faz-se necessário pensar essa escritora e as representações femininas de sua obra em relação ao seu local de fala. Dessa forma, uma primeira análise dessas escritoras é delinear o local delegado a ela pela sociedade em que está inserida.

A ginocrítica oferece muitas oportunidades teóricas, o que não acontece com a crítica feminista. Ver os escritos femininos como assunto principal força-nos a fazer a transição súbita para um novo ponto de vantagem conceptual e a definir a natureza do problema teórico com o qual deparamos. (SHOWALTER, 1994, p.29)

As mulheres não foram apenas realocadas ao espaço da casa, mas proibidas de frequentarem os espaços públicos e quando o faziam estavam sob a constante vigilância de pais e maridos. Esse fato não pode ficar de fora para pensarmos a produção das mulheres, pois o argumento utilizado para deslegitimar suas obras pauta-se na escrita de si e no gênero diário, pois o espaço de fala dessas mulheres é o privado, logo sua escrita não pode ser comparada aos seus pares masculinos, pois, tal estudo legitima seu apagamento.

Dessa forma, analisar a escrita de autores renomados pelo cânone e compará-los aos escritos das mulheres da mesma época é fazer um estudo comparatista assimétrico,

pois mesmo que a sociedade em que ambos viveram apresenta semelhanças na cultura vigente, a forma como essa cultura e esses valores morais eram aprendidos e apreendidos diferem em muito. Analisar obras contemporâneas de autoria feminina é diferente de resgatar essas obras silenciadas e esquecidas, pois ao serem analisadas temos que refletir sobre o cânone ou as obras canônicas elencadas como clássicas e, portanto, melhores.

Os universos culturais dos homens e das mulheres desenvolveram-se num patamar de igualdade, mas em duas linhas diversas, cada sexo possuindo seu próprio tipo de saber tradicional, suas próprias formas de lidar com o amor, a vida, a morte, a natureza e a religião, suas próprias canções e gêneros literários, seus próprios instrumentos musicais a até suas próprias formas de dançar e cantar. (LEMAIRE, 1994, p.63)

Destacamos que Maria Firmina dos Reis escreve um gênero interdito às mulheres de sua época e pouco explorado, ainda hoje, pelas autoras que é o romance, enquanto Carolina Maria de Jesus, mesmo escrevendo poemas, fica conhecida pelo gênero mais comum às mulheres, dentro das escritas de si: o diário. Essas mulheres, além do fato de serem proibidas de frequentarem os espaços públicos estavam à margem da sociedade por serem negras. Maria Firmina passa no concurso público e se torna professora primária, mas escreve sob pseudônimo como forma de ser lida e aceita, Carolina já é moradora da favela e catadora de papel reciclável, contudo ambas sofreram com a discriminação de serem descendentes de africanos que foram escravizados e, sobretudo, de serem mulheres sem maridos em uma sociedade patriarcal.

Para falarmos do apagamento dessas mulheres e suas obras das histórias da literatura e, conseqüentemente, dos cânones Lemaire (1994) indica duas necessidades que se colocam em nossos estudos: a primeira é a desconstrução do sujeito masculino tido como superior e representante da espécie humana e a segunda é a desconstrução de que há apenas um cânone de obras escritas, negando a cultura oral, de homens brancos, europeus, de famílias com alto poder aquisitivo.

A historiografia literária feminista traz uma contribuição nova para a desconstrução do discurso da história literária tradicional, porque junta, aos quatro princípios definidos por Foucault, uma nova premissa, que não é simplesmente um quinto princípio metodológico, apesar de intimamente relacionada aos princípios de Foucault, determinando conseqüências fundamentais para todos eles. Seu ponto de partida é a percepção de que a história literária é um dos discursos de uma sociedade que se baseia essencialmente na desigualdade entre os sexos. (LEMAIRE, 1994, p. 67)

Os quatro princípios que Foucault (1970 apud Lemaire, 1994) elenca para a desconstrução do discurso cristalizado, e nesse caso, iremos pensá-los através da história da literatura, são: a quebra pela busca de continuidade, de tradição; o recolhimento e análise das obras que foram consideradas negativas, pensando no porquê da exclusão feita na construção do cânone literário como o conhecemos atualmente; a reflexão acerca de como esse discurso hegemônico se instaurou e tomou espaço e que tipos de mecanismos de poder foram utilizados e por fim o quarto princípio que é levar em conta o local de fala dos autores.

Resgatar as obras esquecidas pela história da literatura é desconstruir o mito de superioridade do cânone, escolha essa que envolve questões ideológicas mascaradas por uma escolha estética. A construção de um cânone literário feminino ou feminista não é, apenas, apresentar obras escritas por mulheres, mas, pensando nas diferenças de espaço delegado e de cultura machista excludente das sociedades, mostrar que não há inferioridade na literatura produzida por elas e, ainda, por mulheres negras. Assim, ao falarmos em literatura feminina estamos falando de uma literatura que toma outros caminhos por um motivo claro e evidente: o local de fala dessas autoras. Discutir e analisar a literatura de autoria feminina e/ou afrofeminina não é negar o cânone hegemônico, mas ampliá-lo de forma clara e reflexiva.

A ginocrítica, teoria escolhida para orientar esse trabalho, é importante por levar em conta o local de fala das autoras, permitindo pensarmos de forma mais evidente os critérios usados para elencar os atuais cânones literários. Dessa forma, nos parece a melhor maneira de compreender a importância do resgate de uma história da literatura feminina, buscando os motivos dos apagamentos e silenciamentos, bem como a importância do resgate dessas autoras que, mesmo tendo uma boa recepção inicial como *Quarto de Despejo*, hoje são consideradas uma literatura menor que é estudada e analisada, apenas, pelos Estudos Culturais. Tais autoras, como veremos, desempenham um papel importante na história da literatura brasileira e suas obras devem ser vistas dessa forma, pois representam o primeiro romance escrito por uma mulher negra brasileira, no caso de Maria Firmina dos Reis, e o primeiro diário escrito por uma mulher negra e favelada de forma peculiar, no caso de Carolina Maria de Jesus.

A maranhense Maria Firmina dos Reis e seu lugar de fala

Primeiramente, devemos pensar que Maria Firmina dos Reis produz suas obras em uma sociedade escravocrata governada pelo Imperador Dom Pedro II. O romance *Úrsula*, primeiro romance escrito por uma mulher negra em solo brasileiro, até o presente momento, e que inova em sua temática representando o negro como personagem e não como objeto é escrito de 1859, enquanto que o poema de Castro Alves, que é amplamente estudado na disciplina de literatura no ensino médio e o cânone das questões escravagistas e abolicionistas no Brasil, *Navio Negreiro*, é produzido dez anos após o romance de Maria Firmina, em 1869.

Maria Firmina dos Reis era filha de uma portuguesa, Leonor Felipe dos Reis, com um escravo, João Esteves, nasce em 11 de outubro de 1825 no bairro de São Pantaleão na Província do Maranhão, em sua homenagem 11 de outubro comemora-se o dia da mulher maranhense. Muda-se para São José de Guimarães para a casa de uma tia com melhores condições financeiras e, por ser autodidata, passa no concurso público em 1847 para ser professora de primeiras letras, onde leciona até 1881. Como professora, de acordo com Muzart (2000), funda uma escola gratuita para crianças de ambos os sexos, sendo a primeira escola mista no Brasil. Como escritora escreve sob o pseudônimo de *uma maranhense*, publicando além de *Úrsula*, *Guepava* (1861), um romance indianista, *Cantos à Beira-mar* (1871), um livro de poemas e *A Escrava* (1887), um conto, bem como outras publicações em jornais utilizando, também, pseudônimo.

Vivendo em uma sociedade sustentada pela diferenciação, ancorada no patriarcado, estratificada entre homens e mulheres, brancos e negros, pobres e ricos, legítimos e ilegítimos, Maria Fir-

mina faz parte de uma parcela que estava à margem das decisões políticas de sua época, subordinada aos pais, maridos e senhores. Na sociedade na qual viveu e produziu, à mulher competia a casa, seus afazeres, as prendas materiais e espirituais, a função de tornar satisfatória e confortável a vida dos homens. (CORREIA, 2013, p. única)

Podemos perceber que Maria Firmina dos Reis possui o que é necessário para escrever, segundo Woolf (2014, p.12): “(...) uma mulher precisa ter dinheiro e um teto todo seu, um espaço próprio, se quiser escrever ficção”. Escrevendo em uma sociedade que segue o modelo de família burguesa patriarcal tendo o pai como figura central e, ainda mais em uma sociedade escravocrata, Maria Firmina representa todas as minorias marginalizadas de sua época, pois é mulher, negra e, ainda, filha de pai escravo. Foi, dentre tantas outras coisas, uma mulher que rompeu com a ordem social e que não ficou calada, mas como forma de ter seus escritos publicados negocia sob pseudônimos e prefácios que menosprezam a obra, como veremos em *Úrsula*.

Essa sociedade, como já afirmamos, fora construída sob o regime imperial que permitia, há mais de trezentos anos, que o Brasil obtivera escravos advindos de colônias portuguesas na África. A primeira lei abolicionista, Eusébio de Queiroz, data de 1850 e, dessa forma, as discussões acerca da abolição da escravatura eram recorrentes no âmbito público que, nesse período, era delegado aos homens, sendo o acesso restrito às mulheres. Essa primeira lei surge como uma resposta aos ingleses que pressionaram sua criação, estreitando os laços com o Brasil. Por sua vez, o governo inglês impulsionava a proibição do tráfico de escravos por relações capitalistas. Ou seja, a questão abolicionista estava em voga no país e no mundo.

A Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, data de 1888, 38 anos após a lei Eusébio de Queiroz, outra lei de importante impacto para a luta abolicionista foi A Lei do Ventre Livre de 1871 que libertava os filhos dos escravos. Há, ainda, outra lei criada em 1885 conhecida como Lei do Sexagenário ou Saraiva-Cotegipe que servira de provocação às causas abolicionistas, pois escravos que conseguiam chegar aos 60 anos de idade teriam que trabalhar gratuitamente para seus antigos donos.

A libertação dos escravos no Brasil ocorre de forma desastrosa, pois os negros livres foram expulsos das fazendas onde trabalhavam, local para onde muitos voltaram para trabalhar em condições piores do que a escravidão. Outros reuniram-se nos quilombos restaurando, em parte, suas vidas em África e uma grande massa construiu o que conhecemos hoje como favelas e, desde então, pobreza e raça tornam-se sinônimos. Percebemos que a lei áurea foi de grande importância, porém não saiu do papel, pois a discriminação racial, religiosa e cultural contra o negro continua tão disseminada, tanto quanto a misoginia, de forma velada e presente em todas as camadas sociais, atrás de piadas, falas recorrentes e tidas como padrão social.

E é nessa efervescência das discussões e reflexões abolicionistas que Maria Firmina dos Reis escreve um romance ficcional, diferenciando-se de escritos de outras mulheres e homens de sua época, representando em sua escrita os escravos africanos e lhes entregando a pena e não os tendo como objeto de compaixão ou como representação do *bom selvagem* negro em relação ao modelo da literatura indianista. Contudo, nossa autora reconhecia que sua produção sofreria as ressalvas da crítica, o que deixa explícito nas palavras que abrem o romance *Úrsula*, resgatado por Horácio de Almeida em um sebo no Rio de Janeiro em 1962.

Mesquinho e humilde livro é esse que vos apresento, leitor. Sei que passará

entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem amor-próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acaanhada e sem o trato e conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (REIS, 2009, p. 13).

Percebemos que Maria Firmina é uma mulher de seu tempo e de seu espaço, fruto de uma sociedade que exclui mulheres, negros, pardos, bastardos do ciclo de discussão política e que para tanto uma mulher escrevendo um romance, gênero considerado até hoje como alta literatura, não seria de forma alguma aceito pela crítica. Contudo, percebemos que esses homens ilustres que ocupam espaços sociais importantes e que fazem parte do círculo de homens letrados, de acordo com nossa autora, são conhecedores da língua portuguesa, mas não conhecem sua cultura.

Sobretudo, mesmo abrindo o romance com a classificação de "mesquinho e humilde", Maria Firmina não deixa de fazer uma crítica ácida acerca dos homens que circulam nos espaços públicos e que decidem sobre a política do país como homens que dominam a língua culta padrão da época, mas que intelectualmente não pensam. Ou seja, discursos vazios que são reproduzidos e não refletidos e que negam espaço à essa mulher que é, nas humildes palavras implícitas de Maria Firmina, mais intelectualmente preparada.

No primeiro capítulo de *Úrsula*, percebemos na fala do escravo Túlio a resignação dos escravos frente aos brancos,

reconhecendo os lugares diferenciais de cada um, contudo o “Cavaleiro” salvo pelo escravo expressa um ideal europeu que surgia no Brasil: o tratamento igualitário entre homens independente de sua cor. Maria Firmina vai além, recebe em sua escola meninas e meninos lhes dando a mesma educação. Túlio não é o personagem principal, mas está sempre presente representando seu povo tal como Mãe Susana.

O romance seguirá as técnicas narrativas de sua época com encaixes de narrativas e centralizado no amor entre o Cavaleiro Tancredo e a jovem Úrsula. Daremos destaque maior para Túlio, o escravo que salva Tancredo e leva-o para que Úrsula cuide de seus ferimentos e para Mãe Susana, personagem ímpar do romance.

Meteram-me a mim e a mais de trezentos companheiros de infortúnio e de cativo no estreito e infecto porão de um navio. Trinta dias de cruéis tormentos, e de falta absoluta de tudo quanto é mais necessário à vida passamos nessa sepultura até que abordamos as praias brasileiras. Para caber a mercadoria humana no porão fomos amarrados em pé e para que não houvesse receio de revolta, acorrentados como animais ferozes das nossas matas, que se levam para recreio dos potentados da Europa. Dava-nos água imunda, podre e dada com mesquinhez, a comida má e ainda mais porca: vimos morrer ao nosso lado muitos companheiros à falta de ar, de alimento e de água. É horrível lembrar que criaturas humanas tratem a seus semelhantes assim e que não doa a consciência de levá-los à sepultu-

ra asfixiados e famintos. (REIS, 2009, p.117)

Recordando o poema mais lembrado quando falamos em escravidão no Brasil, *Navio Negroiro*, percebemos a voz de um eu poético que olha de longe, do ponto de vista branco em uma relação de compaixão ao sofrimento do negro. O poeta dos escravos não entrega na mão da vítima a pena para que ela escreva, mas escreve sob sua óptica, refletindo sobre a violência e o estado deprimente dos escravos, remetendo o leitor à sentimentos cristãos como a compaixão. Maria Firmina faz diferente, não resgata esse escravo descrevendo-o com profundas reflexões de quem sentiu e sente na pele a discriminação racial.

Outro ponto, importante do romance está centrado na figura de Mãe Susana, negra escrava que, ao final do livro, conversa com Túlio sobre a escravidão. As reflexões de Mãe Susana acerca da alforria de Túlio é o que mais nos tange, pois: "É Mãe Susana quem vai explicar a Túlio (...) o sentido verdadeira da liberdade, que essa não seria nunca a de um alforriado num país racista" (MUZART, 2000, p.266). Tal fato, nos remete aos tempos atuais onde o racismo no Brasil é, ainda, latente e interdito com escassas discussões e reflexões.

Percebemos que Maria Firmina representa e se autorrepresenta permitindo que o negro fale, questionando essa humanidade, termo recorrente nas discussões abolicionistas impulsionados pelos ideais europeus. Contudo, Maria Firmina não representa o negro como o Outro, o diferente, mas como um homem que merece ser tratado como qual. Questionar essa humanidade negada pela Igreja, e não podemos esquecer a força política da Igreja nesse caso, permite termos essa representatividade negra através das personagens já é um grande feito de coragem e sua importância na historiografia literária vai além de Estudos Culturais. Maria Firmina dos Reis não é apenas uma figura importante como mulher e negra,

mas sua obra, desde *Úrsula* ao conto *A Escrava*, é de grande importância para a construção de uma história da literatura brasileira, pelo tema abordado e a maneira de abordá-lo, bem como para a construção de um cânone feminino literário.

Carolina Maria de Jesus: uma favelada duplamente marginalizada

Carolina Maria de Jesus nasce em Sacramento, interior de Minas Gerais, em 14 de março de 1914, advinda de uma família humilde e vê em seu avô, o Sócrates Africano, sua maior inspiração para escrever. Aos 33 anos de idade, dez anos após a morte de sua mãe, em 1947 seguindo a massa de migração para as metrópoles muda-se para São Paulo. Em São Paulo trabalha de doméstica, de diarista, dormindo debaixo de pontes, contudo sua personalidade ímpar não permitia a submissão. Em 1948 esperando João, seu filho mais velho, não vê outra saída e vai residir na favela do Canindé.

Carolina era uma mulher que se apaixonava e se entregava aos seus príncipes, dessa forma, engravida em 1948 de um português, nascendo seu filho mais velho João, após em 1950 engravida de um espanhol, nascendo José Carlos e por fim Vera Eunice, a filha que mais aparece em seu diário. Observando a obra que fez Carolina Maria conhecida, *Quarto de Despejo*, percebemos que o gênero é o mais comum quando se fala em escrita feminina: diário. Carolina Maria de Jesus sempre sonhou em publicar seus escritos, escrevia ficção e poesia, contudo uma peça importante dessa história fez com que nossa autora pendesse para a autobiografia: o jornalista Audálio Dantas.

Uma autobiografia não é apenas um texto no qual alguém diz a verdade sobre si próprio, mas um texto em que alguém real diz que a diz. E este com-

promisso produz efeitos particulares sobre a recepção. (LEJEUNE, 2013, p. 538)

Ao escrever um diário onde a personagem que conta é a mesma escritora, de acordo com Lejeune, é assinar um pacto autobiográfico que corresponde a uma verdade. Carolina Maria de Jesus escreve sobre sua vida, é seu diário, o diário de uma mulher negra favelada relatando sua luta diária por comida, lutando contra a atual escravidão: a fome. O destino, de certa forma, une a favelada e o jornalista. Carolina discutia com alguns vizinhos que implicavam com seus filhos e lhes ameaçava com o livro que estava escrevendo, tal cena chama a atenção do jornalista Audálio Dantas que resolve conferir tal livro. Por fim, Carolina Maria de Jesus tem, além de uma reportagem sobre sua vida, a publicação de algumas páginas de seu diário, livro que a levará à tão sonhada casa de alvenaria.

Quarto de Despejo fez sucesso pela crítica social, dando um panorama das favelas brasileiras e como era a vida na faixa da extrema pobreza em um país em desenvolvimento. Até hoje ele é estudado por esse viés, buscando traços da pobreza, da desigualdade, do racismo e todos os temas desenvolvidos por Carolina Maria, contudo, ele é um diário extremamente poético. Há a passagem de algumas quadras populares escritos pela autora, contudo as metáforas que utiliza tramam uma pequena e modesta rede, demonstrando que nossa autora não pode ser estudada apenas pelo que representa socialmente: a voz de uma favelada, mas pelo que representa literariamente: uma mulher negra favelada alfabetizada que escreve ficção em um diário.

Não podemos deixar de mencionar o local de fala de Carolina Maria, pois é este o objetivo do presente trabalho. Como o próprio subtítulo de seu mais conhecido livro nos diz, *Diário de uma Favelada*, Carolina Maria de Jesus representa a voz de uma minoria que o Brasil tenta, ainda, esconder.

De acordo com Lara (2013) as primeiras moradias antecedentes às favelas em São Paulo são as criações de cortiços e de vilas operárias em torno de 1870 até a década de 1930, quando as massas migratórias aumentam e os cortiços abarrotados de famílias entram em crise. Tal crise de moradia empurra os menos favorecidos a construírem habitações em terrenos baldios, construindo as favelas em São Paulo, uma delas a do Canindé, onde Carolina Maria constrói seu barraco com sobras de uma obra da Igreja. “A incorporação de migrantes às favelas paulistanas se daria a partir de então (...) Tal associação seria sempre repetida- a ponto de banalizar a questão a medida em que se torna explicação automática para qualquer favela” (LARA, 2013, p.97)

Carolina Maria de Jesus, assim como Maria Firmina dos Reis, foi duplamente silenciada, além de ser duplamente oprimida. Primeiramente, por ser mulher negra, pobre, moradora da favela e que catava papéis para sobreviver junto aos seus três filhos. Essa opressão e marginalização é agravada, ainda mais, por ser ela solteira e percebemos o quanto essa questão é recorrente em seu diário. Também, dentro da favela, não sendo ela uma favelada autêntica, se é se pode pensar nisso, pois Carolina Maria de Jesus sabia ler e escrever e era uma leitora assídua, escrevendo à noite após passar o dia em busca de sobrevivência. Notamos o quanto ela não se encaixa nesse ambiente, nesse espaço a que pertence com as brigas e as conturbações, bem como as insistentes implicações dos favelados com seus filhos.

Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter. A única coisa que não existe na favela é solidariedade (JESUS, 1993, p.13)

O título do livro pode até ter sido a escolha da autora, mas seu subtítulo não lhe pertence. Carolina Maria consegue

se apropriar desse espaço social que lhe cerca, bem como a desumanidade com que são tratados e tratam uns aos outros, mas ela não se considera uma favelada e essa questão de não pertencimento também é importante para a compreensão de sua escrita. *Quarto de Despejo* é sucesso de vendas no Brasil e no exterior por conter uma forte crítica social e por deflagrar tal desumanidade, também, é interdito pela Ditadura de 1964 como forma de melhorar a imagem do país e críticas tão pesadas como as de Carolina deveriam ser apagadas.

[...] Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidarmos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: Será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (JESUS, 1993, p. 153).

As questões apontadas, discutidas e escritas por Carolina demonstram a importância de sua obra para a história da literatura brasileira. Além de ser uma crítica social que mostra de forma crua e sensível a realidade dos moradores das favelas, é um diário que apresenta uma linguagem coloquial, mostrando a face do real, e uma linguagem poética, apresentando metáforas acerca da fome e da desumanidade. Por ser um diário seu compromisso com o real é fortificado, pois, de acordo com Lejeune (2013), quem escreve um diário está duplamente assinando o pacto autobiográfico, pois além de ser a personagem-narradora e autora da obra, quem o escreve atesta que o que está registrado ocorreu, verdadeiramente. Para tanto, tais registros da autora não atestam, apenas, sua vida e sua constante luta contra a escravidão atual, mas a vida de muitas mulheres que assim como ela lutam diariamente nas inúmeras favelas existentes, ainda, nas metrópoles brasileiras.

Interessante apontarmos que *Quarto de despejo* permite diversos recortes teóricos e, mesmo um diário, possui uma força poética imensurável. Carolina consegue fazer analogias, como a favela sendo o quarto de despejo da cidade, e montar uma imbricada rede metafórica que negar ou discutir a falta de literariedade da obra é, além de deslegitimar essa escritora negra, negar que ela tenha sido escritora.

A fome é a atual escravidão afirma Carolina em 13 de maio de 1958, em meio a um degradante cenário que lembra a vinda dos escravos em fétidos porões, que lembra, também, a precariedade da vida nas senzalas e a submissão do negro escravizado e que em 1960, passados 72 anos da assinatura da Lei Áurea, ainda escraviza os negros e seus descendentes.

Diferente da cinderela branca, que todos conhecem, a desconhecida Cinderela negra tem uma outra história: não encontra seu príncipe encantado, não se casa, não é feliz para o resto da vida; e muito pior, volta às origens, transformada em Borralheira, deixando a todos, participantes e testemunhas, perplexos e insatisfeitos com o desenredo (LAJOLO, 2015, p. 272)

Por fim, após o sucesso de vendas do *Quarto de Despejo*, já moradora da sonhada de idealizada *Casa de Alvenaria* não vende, Carolina Maria de Jesus é esquecida e falece em 1977 em decorrência de sua vida sofrida, João, seu filho mais velho, morre pouco tempo depois, José se entrega ao álcool, mas Vera Eunice torna-se professora e, até hoje, orgulha-se de sua mãe, mais uma Maria esquecida e silenciada pelas histórias da literatura, (re) lembrada pelos Estudos Culturais e marginais, mas não reconhecida pela sua contribuição como mulher negra escritora para a literatura brasileira.

Carolina morreu pobre assim como viveu, afirmam seus biógrafos, mas eu discordo desta prerrogativa. Carolina não morreu está viva na escrita de muitas negras, de muitas faveladas e, na pior das hipóteses, virou poesia. Carolina poderia ter partido em meio à pobreza e à fome, mas nos deixa um legado, uma semente regada há anos de que é possível escrever e publicar sendo mulher negra em uma sociedade racista, misógina e que marginaliza seu semelhante.

Considerações finais

Os estudos feministas oriundos da corrente anglo-saxônica e, com maior ênfase, a ginocrítica, além de resgatar obras e autoras esquecidas, silenciadas e apagadas das histórias da literatura, demonstram a importância de tais escritos levando em consideração elementos que as levaram ao esquecimento: o local de fala.

Dessa forma, conseguimos compreender a importância de tais estudos e regates para a história da literatura e, no caso deste artigo, para a história da literatura brasileira. As duas Marias brasileiras, fazendo uma alusão às três Marias portuguesas⁴, são de grande importância para a escrita de autoria feminina: a primeira, Maria Firmina dos Reis, por ser a primeira mulher negra a escrever um romance ficcional que traz o negro como personagem atuante e não como objeto e a segunda: Carolina Maria de Jesus, por ser a primeira mulher negra, favelada a criticar e denunciar a desumanidade com que os favelados são tratados, descrevendo cenas horrendas de uma forma compreensível e sensível e, mesmo não se

⁴ Em Portugal a publicação das *Novas Cartas Portuguesas* escrita por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa em 1972 causa um impacto para a escrita de autoria feminina. A obra culmina em um processo às autoras pelo governo da ditadura Salazarista que as torna conhecidas como as três Marias.

sentindo pertencente ao seu local de fala, representa os excluídos da sociedade. Carolina Maria de Jesus reflete de forma metafórica e poética acerca de sua vida, falando de vários temas como a morte, Deus, a humanidade, o racismo e de forma mais dura: a fome.

Nossas Marias são de grande importância para a escrita feminina e para a história da literatura brasileira, não apenas por serem grandes escritoras e representarem seu local de fala, como vimos, mas como forma de compreender e confrontar as escolhas das histórias literárias, seus verdadeiros porquês, bem como pôr em xeque o que uma pequena e insistente elite literária chama de literatura.

Essas Marias devem ser lidas, estudadas e analisadas como forma de não serem esquecidas, na esperança de que outra Maria ou Carolina compreenda que ser mulher e negra em uma sociedade que a escraviza é motivo de resistência. Maria Firmina começa a permear os estudos de gênero, assim como Carolina através da escrita afrofeminina onde mulheres negras representam personagens femininas negras. Contudo, ainda é escasso e um tanto rarefeito os estudos acerca delas.

Essas Marias têm influenciado outras Marias, Carolinas a escreverem: Conceição Evaristo, Geni Guimarães, Esmeralda Ribeiro, Cristiane Sobral, Mel Duarte, Jarid Arraes e uma lista cada dia mais extensa de mulheres negras (re) existentes que escrevem e precisam ser lidas. Serem incluídas ou não na historiografia literária é uma questão de distanciamento temporal, contudo, é parte da crítica não deixar que elas sejam apagadas, esquecidas, silenciadas. Que outras Marias (como Maria Conceição Evaristo) e Carolinas sejam resgatas e tenham seu lugar de direito nas páginas das histórias da literatura brasileira.

Referências

ALVES, Castro. *Os melhores poemas de Castro*. São Paulo: Global, 1983.

CORREIA, Janaína Santos. Maria Firmina dos Reis, vida e obra: Uma Contribuição para a Escrita da História das Mulheres e dos Afrodescendentes no Brasil. *Revista Feminismos*. V. 1, n. 3, set-dez 2013.

FOUCAULT, Michel. Lição inaugural. Paris: College de France, 1970. In: LEMAIRE, Ria. *Repensando a História Literária*. Trad. Heloísa Buarque de Hollanda. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática, 1993. (Sinal Abero).

LAJOLO, Marisa. Posfácio In: MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert. *A Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. 2ª Ed. Sacramento: Bertolucci, 2015.

LARA, Fernão Lopes Ginez de. *Modernização e desenvolvimentismo: formação das primeiras favelas de São Paulo e a favela do Vergueiro*. 2013. 357 páginas. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia Humana)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

LEJEUNE, Philippe. *Da autobiografia ao diário, da Universidade à associação: Itinerários de uma pesquisa*. Revista Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 46, n.4, pp. 537-544, out-dez 2013.

LEMAIRE, Ria. Repensando a História Literária. Trad. Heloísa Buarque de Hollanda. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOBO, Luiza. Maria Firmina dos Reis. Verbete. In: _____. *Guia de escritoras da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: EDUERJ/FAPERJ, 2006. p. 93-196.

_____. Maria Firmina dos Reis. Verbete. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org). *Literatura e afrodescendência no Brasil: Antologia crítica. v.1* Belo Horizonte: EDUFMG, 2011.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Maria Firmina dos Reis. In: MUZART, Zahidé Lupinacci. *Escritoras brasileiras do século XIX. 2 Ed. Ver.* Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. P. 264-284.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. 1ª edição 1859. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2009.

SHOWALTER, Elaine. A Crítica Feminista no Território Selvagem. Trad. Deise Amaral. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org). *Tendências e Impasses: O Feminismo como Crítica da Cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

WOOLF, Virgínia. *Um Teto Todo Seu*. Trad. Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

[Recebido: 07 nov. 2017 — Aceito: 06 mar. 2018]